

Face ao Vento: em defesa do Braudelismo e da História Social

Elio Chaves Flores**

Introdução

O presente artigo se propõe a analisar alguns pressupostos teóricos e metodológicos desenvolvidos pelos “grandes homens” da revista francesa *Annales*¹ durante o período de 1929 a 1969. Tratar-se-á, portanto, da tradição histórica da nova historiografia francesa iniciada ou redefinida com Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956), cujo último expoente da “história global” parece ter sido Fernand Braudel (1902-1985). A fragmentação e os novos rumos, com o abandono da perspectiva de sínteses amplas ou da “história total”, ocorrida nas décadas de 70 e 80 não serão considerados como primordiais, uma vez que, interessa aqui, o que se chamaria de “*Annales* do período clássico”².

Uma vez realizado o primeiro objetivo, tentar-se-á compreender as principais matrizes de recepção da produção historiográfica do “*Annales Clássicos*” na historiografia

* Versão reduzida da comunicação “Poder, Braudelismo e História Social”, apresentada no XII Encontro Regional de História, ANPUH-SP, Campinas, 5 a 7 de setembro de 1994.

** Professor do Departamento de História da UFPB./Mestre em História Ibero-Americana (PUC-RS).

¹ Pormenores sobre o nomes e fases dos *Annales*, ver em FEBVRE, Lucien. “Face ao vento. Manifesto dos Anais Novos”. In MOTA, C. G. (org). *Febvre: História*. São Paulo, Ática, 1978, pp. 173-182; GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. São Paulo, Difel, 1961, p.230; BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo, Unesp, 1991, Prefácio.

² Sobre o braudelismo ver estudos críticos em DOSSE, François. *A História em Migalhas. Dos Annales à Nova história*. Campinas, Editora Unicamp, 1992; LACOSTE, Yves (coord.) *Ler Braudel*. Campinas, Papirus, 1989; BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*. Op. cit., pp.45-78.

brasileira. Isso passa pela relação do positivismo e do maxismo brasileiros frente às insuficiências teóricas da “escola” francesa.

História Social, História dos Homens

A história social não poderia ter surgido senão na França do “Século das Luzes”, na França da democracia popular de “Jean-Jacques” e na França do “despotismo da liberdade proclamado por Robespierre”³. Na historiografia remonta a Michelet, Victor Langlois, Charles Seignobos, Henri Berr e Paul Lacombe, estes últimos, nas primeiras décadas do Século XX, “dedicavam-se à crítica do que chamavam de ‘História historizante’ ou ‘episódica’, e à defesa de uma síntese histórica efetivamente global”⁴.

Com efeito, os homens dos *Annales* herdaram essa posição e não se cansaram em críticas contundentes à história historizante e positivista, meramente factual e apologista da sucessão de fatos e de “heróis”. O próprio Febvre, de forma mordaz, relata o “método” do historiador historicizante:

“Você recolhe os fatos. Para isso você vai aos arquivos. Esses celeiros de fatos. Lá, basta você se abaixar para recolhê-los. Encha com eles os seus cestos. Limpe-os bem da poeira. Coloque-os sobre a sua mesa. Faça como as crianças, quando se divertem com os ‘cubos’ e trabalham para reconstruir a bela imagem que lhes foi mostrada e depois destruída... O lance está feito. A história também.

³ FALCON, F. J. Calazans. *Iluminismo*. São Paulo, Ática, 1986, p.88; ver também STAROBINSKI, Jean. 1789. *Os Emblemas da Razão*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

⁴ CARDOSO, Ciro, Flamarion. *Uma Introdução à História*. 5ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1986, p.34.

*Que mais quer você ? - Nada. A não ser: “saber por quê?”*⁵.

Antes, porém, aquele que seria assassinado pelos nazistas e, num último anseio “histórico”, segurando a mão de um jovem francês gritara “viva a França”, já tinha marcado a ruptura com o positivismo idealista:

*“Velha sob a forma embrionária, durante muito tempo atravancada de ficções, durante mais tempo ainda vinculada aos eventos mais imediatamente perceptíveis, a história é, como empresa refletida de análise, novíssima. Esforça-se, finalmente, por penetrar além dos fatos de superfície; por rejeitar, após as seduções da lenda ou da retórica, os venenos... da rotina erudita e do empirismo disfarçado de senso comum”*⁶.

Pode-se dizer que a postura iniciada por Marc Bloch nos *Annales*, quase obsessiva contra o fato pelo fato e a história dos “grandes líderes”, estes mais “deuses” do que homens, continuou implacável por anos a fio. Para os fundadores da revista era inadmissível os fatos sem os homens e sua passividade diante da história.

Fernand Braudel, em dezembro de 1950, na sua aula inaugural no “Collège de France”, substituindo Lucien Febvre na cátedra de História da Civilização Moderna volta à carga de seus antecessores:

“A crônica, a história tradicional, a história relato ... não nos oferece do passado e do suor dos homens senão

⁵ FEBVRE, Lucien. “Combates pela História”. In MOTA, C. G. (org.). Op. cit., p.107.

⁶ BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 4ª ed. Lisboa, Publicações Europa - América, s.d., p.19.

imagens tão frágeis ... Fulgores, mas não claridade; fatos, mas sem humanidade"⁷.

Noutro "round", buscando um distanciamento do positivismo, Braudel esboçará um pressuposto teórico, ou a sua caracterização de história social: "a história é uma dialética da duração; por ela, graças a ela, é o estudo do social, de todo o social"⁸.

Por sua vez, Marc Bloch, num primeiro momento definirá a história como "ciência dos homens". Mas insatisfeito com a sua própria conceituação, retificará logo: "ciência dos homens no tempo"⁹. A sua conclusão de certas premissas anteriores, tal como esta, a de que "o objeto da história é por natureza o homem. Melhor: os homens... são exatamente os homens que a história pretende apreender"¹⁰.

Assim, sendo a história "dos homens no tempo", a história social, também é, necessariamente, uma "história-problema". Não por menos é que Febvre pede aos seus pares e seguidores:

*"Que nunca se façam colecionadores de fatos, ao acaso, como outrora se usava procurar livros locais. Peço-lhes que nos dêem uma história não automática, mas problemática"*¹¹.

Portanto, não basta para Febvre, um método histórico supostamente científico. É necessário a decisão da

⁷ BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. 4ª ed. Lisboa, Editorial Presença, 1982, p.56-7.

⁸ Idem, p. 74. Ainda sobre os pressupostos braudelianos ver, especialmente, os prefácios de sua tese maior; BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II**. 2vol. Lisboa, Martins Fontes, 1983, pp.21-29.

⁹ BLOCH, Marc. Op. cit., p. 29.

¹⁰ Idem, p.28.

¹¹ FEBVRE, Lucien. "Face ao Vento. Manifesto dos Anais Novos". Op. cit., p.181.

investigação total, isso é, a busca “ de um passado que detém e que, em troca, lhe restitui o sentido secreto dos destinos humanos”¹².

Todavia, não se pode afirmar que a “escola” dos *Annales* tenha sido o único “combate” frente ao positivismo historicista. Desde meados do século XIX, a produção marxiana apresentava-se como forma radical de interpretação da história. Sustentava-se então que o devir histórico é eminentemente dialético e o seu motor é a luta dos homens para ganhar a vida e a apropriação dos meios de produção pelas classes. Se bem que a própria produção marxiana - a de Karl Marx e Friedrich Engels - não deixa de estar inserida nos “quadros de ferro do Paradigma Newtoniano”¹³.

A concepção marxista da história escapa aos objetivos do presente trabalho, embora se reconheça os numerosos pontos em comum com o grupo dos *Annales*. Se diferenças há, e certamente há muitas, as proposições comuns são, no momento, mais importantes. Pois, ambas as correntes se firmaram como superação e contra as tendências positivistas e historicizantes da historiografia tradicional no

¹² *Ibidem*, p. 182.

¹³ WEHLING, Arno. “Problema Epistemológico Iluminista: a sucessão histórica nos ‘quadros de ferro’ do Paradigma Newtoniano”. In: *Revista da Sociedade Brasileira da Pesquisa Histórica (SBPH)*. Curitiba, 1991, pp. 23-32. Segundo Arno Wehling, se a concepção de história é dada no “Século das Luzes” como uma dinâmica evolutiva de auto-equilíbrio do sistema, o historicismo oitocentista condiciona a “sucessão histórica” pelo atrito dos agentes. Exemplos dessa epistemologia histórica oitocentista seria a “sociabilidade insociável” de Kant, a “dialética” e as forças contrárias de Hegel, a “luta de classes” de Marx e Engels, ou ainda, a “teoria do conflito” de Comte e Spencer. Para uma epistemologia histórica contemporânea, as “soluções oitocentistas”, todas elas vertentes do “paradigma newtoniano”, não dão mais respostas satisfatórias ao problema da sucessão histórica: “Nenhuma das soluções é plenamente compatível com as interrogações que, na segunda metade do século XX, são feitas ao conhecimento científico em geral e histórico em particular”. Op. Cit., p.29.

Ocidente¹⁴. A crítica e as diferenças mais acentuadas far-se-ão com autores nacionais.

Os pontos em comum entre o marxismo e os *Annales* podem ser assim resumidos: a consciência de que é preciso insistir numa síntese global que explique tanto as articulações entre os níveis da sociedade humana e as singularidades de cada uma; a certeza de que a consciência que os homens têm de sua época social não coincide com a mesma; e, a consideração pelas especificidades históricas das sociedades e seus tempos históricos. Considerando outros pontos, Ciro Flamarion Cardoso admite que a confluência entre os *Annales* e o marxismo “constitui em nosso século, a força mais poderosa que age no sentido de fazer da História uma ciência”¹⁵.

Em conjunturas diferentes, Marx e Braudel observaram que o imperativo da história é o homem impregnado do social. E as limitações dos homens no contexto social, não deixam de ser aproximativas das duas correntes. No segundo parágrafo do “*Dezoito Brumário*”, a repetitivamente citada frase de Marx consubstancia a perspectiva sugerida:

*“Os homens fazem a sua história, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente”*¹⁶.

Quase um século mais tarde, Fernand Braudel, num artigo intitulado “*Histoire et Sociologie*”, talvez interpretando o próprio Marx, em tempos de aceleração da história, escreveu:

¹⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion. Op. cit., p.34

¹⁵ Ibidem, p.38-9.

¹⁶ MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo, Moraes, 1987. p.15.

*“Para lá dos acontecimentos, não existe uma história, inconscientemente desta vez ou melhor, mais ou menos consciente que, em grande parte, escapa à lucidez dos atores, dos responsáveis ou das vítimas: fazem a história, mas a história arrasta-os.”*¹⁷

Portanto, na história dos homens, seja na radicalidade dialética da epistemologia marxiana, seja na tentativa de “síntese” de uma história global e social, não se contestaria “a interferência das relações sociais determinadas pelos vínculos econômicos e dos comportamentos e visões do mundo”¹⁸.

História Social e Historiografia Brasileira

Um dos mestres em Teoria da História do Brasil, em 1949, dizia que a história social era “o mais humilde gênero de história”¹⁹ Mesmo assim, afirmava que a matéria da História Social:

*“Não consiste meramente ou principalmente na superfície irradiante das maneiras, costumes, modas e relações sociais, mas nos fundamentos invisíveis, que são considerados pela maioria dos homens, na maioria das gerações, como indiscutíveis, até que mudem ou desmoronem.”*²⁰

¹⁷ BRAUDEL, Fernand. Op. cit., p.73-4.

¹⁸ MANDROU, R. “A História das Mentalidades”. In: VEYNE, Paul et alii. **História e Historicidade**. Lisboa, Gradiva, s.d., p.73.

¹⁹ RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**. 5ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978, p.214.

²⁰ *Ibidem*, p. 214. Um tanto intrigante é que, ao escrever o subcapítulo 17 sobre “História Social” da obra referida na nota 19, José Honório Rodrigues não menciona nenhum francês mesmo dado a conhecer, em outras partes da obra, autores como Marc Bloch e Lucien Febvre. Mas no posfácio da mesma obra, cuja primeira edição é de 1949, o “anglófilo” mestre demonstra admiração por

Não resta dúvida que a importância da história social ganharia reconhecimento e espaço mundiais somente depois de 1950, quando “podemos considerar que los ‘combates por la historia’ de Bloch y Febvre alcanzaron po fin la victoria”²¹. Mas qual era, na década de 50, o poder “metodológico” de Febvre, Bloch (já morto) e Braudel e de sua revista sobre a historiografia de então?

“Esencialmente en el hecho de que no se contentaban con una crítica teórica de la ‘historia historizante’, sino que trataban de mostrar en la practica la posibilidad de una solución alternativa, o sea de una nueva manera de hacer historia y conceber la tarea del historiador. Dejando de lado cuestiones de filosofía que antes habían acaparado esterilmente tantas energías, partieron del principio de que la historia es una ciencia... y mas exactamente una ciencia social”²².

Com efeito, a influência dos *Annales* no Brasil ocorreria tardiamente. Isso não significa que a historiografia brasileira nunca tivesse trabalhado temáticas sociais. José Honório Rodrigues chega a argumentar que Capistrano de Abreu, no início do século XX, fazia história social, pois “introduziu o povo na história, deu significação à vida familiar e doméstica, às profissões, às relações sociais”²³. Entre outros autores brasileiros “pré-Annales”, vale também lembrar Alcantara Machado, para quem não se pode esquecer o

Fernand Braudel: é “o grande historiador” e com “uma formidável capacidade de fascínio intelectual”. op. cit., p. 467.

²¹ CARDOSO, Ciro Flamarion. **La Historia como Ciencia**. Costa Rica, EDUCA, 1975, p.14.

²² Ibidem, p.15

²³ RODRIGUES, José Honório. Op.cit., p.216. Ver ABREU, João Capistrano de. (1853-1927). **Capítulos de História Colonial (1500-1800) e os Caminhos Antigos e o Povoamento de Brasil**. 5ª ed. Brasília, Editora Unb. 1963.

“esforço permanente dos humildes, a silenciosa colaboração dos anônimos, as idéias e os sentimentos das multidões”²⁴.

Assim, é lícito supor que, mesmo no Brasil, a história social teve uma “infância” sem os *Annales*. Entretanto, bem diferente seria depois: em fase já adulta, não existiria história social no Brasil sem referência aos *Annales* e seus mentores como Bloch, Febvre e Braudel.

A partir de então, pensar a história social, pensando sempre como experiência humana, isto é, experiências de lutas sociais e políticas, significa crer na premissa de que “a história real é construída por homens reais, vivendo relações de dominação e subordinação em todas as dimensões do social, daí resultando processos de dominação e resistência”²⁵.

Aos poucos, vai-se construindo, “face ao vento” da tradição positivista brasileira, idealizadora das classes dominantes e dos grandes homens, novos objetos e novos estudos do processo histórico brasileiro. De outra parte, os estudos marxistas sobre a história brasileira, em sua maior parte, apresentaram a sociedade nacional, como bem frisa Adeline Daumard, “como de essência binária”²⁶, entre senhores e escravos na época colonial e imperial, coronéis oligárquicos e agregados para os primeiros tempos republicanos. Nesse sentido, para aquela autora, os estudos de história social devem cumprir uma função então inexistente na historiografia brasileira:

²⁴ MACHADO, Alcântara. **Vida e Morte do Bandeirante**. São Paulo, Martin Editora, 1965, p.23. As perspectivas históricas do autor aproximam-se bastante das críticas dos *Annales*: “Reduzir o estudo do passado à biografia dos homens ilustres e à narrativa dos feitos retumbantes seria absurdo tão desmedido como circunscrever a geografia ao estudo das montanhas”. Op. cit., p.23.

²⁵ ARAÚJO VIEIRA, Maria do Pilar, CUNHA PEIXOTO, Maria do Rosério da & KHOURY, Yara Maria Aun. **A Pesquisa em História**. São Paulo, Ática, 1989, p.17.

²⁶ DAUMARD, Adeline et alii. **História Social do Brasil - Teoria e Metodologia**. Curitiba, Ed. Universidade Federal do Paraná, 1984, p.23.

“A história social, na síntese final, deve preocupar-se em definir os grupos sociais, precisar os caracteres das relações que se estabelecem entre estes grupos, no seio das comunidades mais amplas e, enfim, a definir os fundamentos mesmo da sociedade”²⁷.

Portanto, a história social no Brasil não pode ser identificada com um fragmentarismo negador da política e da estrutura econômica. A história social no Brasil deve considerar os autores nacionais “pré-Annales”, bem como recuperar a fase mais promissora e metodológica de Bloch, Febvre e Braudel. Em outras palavras, é preciso pensar a sociedade historicamente:

“Reelaborar a história do movimento geral da sociedade a partir da complexidade das relações sociais, da diversidade dos tempos e ritmos históricos implica não só em avançar decididamente com os novos temas, como também em enfrentar os velhos temas, não simplesmente como pura negação, mas como objeto de estudos renovados”²⁸.

História Social e Insuficiências dos Annales

Um dos problemas que Ciro Flamarion Cardoso vê na história social é o abandono do político e das relações de poder com a fragmentação histórica. Segundo o autor, “os

²⁷ Ibidem, p.59. Daumard enfatiza que a finalidade mais urgente dos estudos de história social no Brasil deve ser a de “descobrir o que constitui a essência da nação e da civilização brasileira”, sendo para isso necessário “manifestar muita audácia nas conclusões que resultam sempre em parte de uma construção intelectual, sempre criticável, mas suscetível de fornecer o ponto de partida para pesquisas ulteriores mais aprofundadas”. Op. cit., p.61.

²⁸ ROCHA, Frances. “Algumas notas sobre a polêmica entre novos e velhos temas da História”. In: **Projeto História: História e Historiografia**. Contribuição ao Debate. São Paulo, PUC-SP, Jun-1985, p.19.

historiadores tradicionais só viam o político; a nova tendência deixou de lado excessivamente a questão do poder²⁹. Isso teria se acentuado perigosamente depois da saída de Brandel da direção dos *Annales* em 1969.

Culpa de Brandel por isso? Talvez mais de seus seguidores, uma vez que, em 1958, ele já alertava para não se cair na armadilha de ver o político como o nível dos fatos e acontecimentos. Dizia ele que apesar de existir entre os historiadores

*“uma forte desconfiança em relação a uma história tradicional, chamada história dos acontecimentos; etiqueta que se costuma confundir com a de história política, não sem uma certa inexatidão: a história política não é necessariamente episódica nem está condenada a sê-lo”*³⁰.

O próprio Ciro Flamarion Cardoso, em trabalho anterior aos *Ensaio Racionalistas*, sustentando que os *Annales* defendiam como objeto da história o homem e suas atividades, advertia que não se deve fazer confusões semânticas, ou seja: o homem não significa personagem, pois se visto como tal, a história seria o ‘resultado da soma das

²⁹. CARDOSO, Ciro Flamarion. *Ensaio Racionalistas*. Rio de Janeiro, Campus, 1988, p.97.

³⁰ BRAUDEL, Fernand. Op. cit., p.11. No artigo “Sobre uma concepção de História Social”, publicado primeiramente nos *Annales*, em 1959, Braudel critica o “economicismo” na história. Para ele, a história econômica “Não pode inflar-se até às dimensões da história inteira, sem excesso ou escândalo”. Define também a sua idéia e entendimento sobre as determinações das instâncias, que nunca são últimas: “A história não admite senão dois planos gerais: o político, de uma parte, o social, de outra. Como na geometria descritiva, é sobre um e sobre outro plano que é preciso projetar o corpo inteiro da história”. Cf. BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo, Perspectiva, 1978, p.173

ações dos heróis ou dos gênios, cujo cenário natural era constituído pela guerra e pela política”³¹.

Quando critica racionalmente a *Nova História*, Ciro tem razão quando argumenta que as Mentalidades “se transformam às vezes em verdadeiras infra-estruturas determinantes do social” subvertendo princípios do processo histórico pela valorização “não da realidade social, das condições reais da existência, e sim do seu avesso-sonhos, imaginário, ideologias”³². Entretanto, parece que a problemática dos fragmentos e do abandono da síntese histórica por parte dos arautos da “Nova História”, alguns evidentemente, o autor remete à “matriz”:

*“Como tudo isto era muito frágil e a recusa teórica estava presente desde o início, foi relativamente fácil ceder ante o estruturalismo e o pós-estruturalismo”*³³.

Todavia, a argumentação ao contrário, isto é, pela importância na delimitação de hipóteses verificáveis, pelo espírito crítico desenvolvido aos limites e possibilidades de qualquer documento, pela visão global possibilitando a sistematização das estruturas, pela recusa da singularidade do fato histórico, pela abertura aos novos métodos, pela flexibilidade intelectual e novas problemáticas, levou Ciro F. Cardoso a admitir que:

*“entre os movimentos intelectuais surgidos entre historiadores profissionais, o dos ‘Annales’ foi, de longe, o mais influente na construção de uma História científica”*³⁴.

³¹ CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Hector Perez. *Os Métodos da História*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1983, p.349.

³² CARDOSO, Ciro Flamarion. *Ensaio...* Op. cit., p.100.

³³ *Ibidem*, p.100.

³⁴ *Ibidem*, p.97.

Não resta dúvida de que existem questões não resolvidas ou não trabalhadas em profundidade dentro da revista. Por certo “a ausência, entre os historiadores dos *Annales*, de uma teoria da mudança social e da luta de classes”³⁵ é uma delas. Ou ainda uma outra, cara aos *Annalistes*, a de “uma constante recusa em considerar a evolução histórica como movimento dialético”³⁶.

Ainda assim, torna-se necessário ponderar que não se pode exigir de historiadores declaradamente não-marxistas, que adotem como condição “sine qua non” uma interpretação materialista e dialética da História. E para uma história que se pretendia prática, não conviria, a priori, “abraçar modelos”. Segundo François Furet:

*“Nem Marc Bloch nem Febvre são epistemólogos. Na verdade são práticos da história, que pretendem abrir o campo da história. Mais tarde, Braudel, em sua tese sobre o Mediterrâneo, no fundo também não está muito preocupado com epistemologia sistemática. Ele tem a sua teoria dos níveis, do tempo longo, mas não se interessa fundamentalmente pelo problema da epistemologia histórica”*³⁷.

Com efeito, não estar preocupado com “uma” teoria não significa, absolutamente, a negação “da” teoria. Pelo contrário, “a” teoria é mesmo defendida por Febvre:

“Sem teoria prévia, sem teoria preconcebida, não há trabalho científico possível. Construção do espírito que responde à nossa necessidade de compreender, a teoria é a própria experiência da ciência. De uma ciência que não

³⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução à ... Op. cit., p.39.

³⁶ WESTPHALEN, Cecília Maria. “Fernand Braudel: Teoria e Ideologia”. In: **Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH) Anais da II Reunião**. São Paulo, 1983, p.172

³⁷ CAMARGO, Aspásia. “O Historiador e a História: um relato de François Furet”. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº 1 1988, p. 151.

tem como último objeto descobrir leis, mas sim possibilitar-nos a compreensão. Toda teoria é naturalmente fundada sobre este postulado de que a natureza é explicável”³⁸.

O homem, por conseguinte, sendo a essência da natureza, é o objeto da história. Como tal, deve ser apreendido na sua totalidade: “ele é para a história o que a rocha é para o mineralogista, o animal para o biólogo, a estrela para o astrofísico: algo a ser explicado”³⁹.

Por outro lado, Braudel, se também não é “epistemólogo” compreende a necessidade na ciência social da abstração conceitual e a superação do pragmatismo vulgar. A citação seguinte não permite que se classifique o autor de *O Mediterrâneo* como um adepto do “empirismo dos antiqüários”⁴⁰:

“A ciência social deve construir como puder o modelo, a explicação geral e particular do social e substituir uma realidade empírica e desconcertante por uma imagem que seja mais clara, mais fácil de explorar cientificamente”⁴¹.

No que concerne à mudança social, os *annalistes* e principalmente Fernand Braudel, não viam a ruptura revolucionária, por exemplo, como a destruição total do *status quo*. Para que isso ocorresse, segundo uma braudeliana:

“Seria necessário lançar por terra todas as hierarquias, não somente do dinheiro, do Estado, dos privilégios sociais, mas também todo o peso do passado, da tradição e da cultura”⁴².

³⁸ FEBVRE, Lucien. Op. cit., p. 106.

³⁹ *Ibidem*, p. 106

⁴⁰ CAMARGO, Aspásia. Op. cit., p. 161. A expressão é de François Furet que também refuta a “abstração filosófica”.

⁴¹ BRAUDEL, Fernand. *História e...* Op. cit., p. 78.

⁴² WESTPHALEN, Cecília Maria. Op. cit., p. 174.

Com efeito, essa perspectiva especifica um problema de mediação entre mudança e permanência sociais no processo histórico. Mas deve-se ter em conta, que mesmo para uma epistemologia revolucionária, essa problemática, ainda que definida com clareza tomada da dialética hegeliana, torna-se um tanto crucial, pois, “a tradição de todas as gerações mortas oprime o cérebro dos vivos como um pesadelo”⁴³.

No caso “braudeliano” especificamente, parece ser evidente que o “privilegio dado aos elementos persistentes, que prolongam no tempo a duração daquilo que parece superado, é funcional”⁴⁴, uma vez que, ideologicamente, mesmo para um historiador como Braudel, não era paradoxal atribuir “ao modelo da sociedade ocidental a função de um destino capaz de envolver progressivamente todos os povos”⁴⁵. Aqui, é preciso afirmar algo um tanto óbvio: o marxismo também é Ocidental.

Portanto, o fato de Braudel, Febvre e Bloch não fazerem uma história “engajada” numa teoria filosófica e epistemológica não é o bastante para enquadrá-los como reacionários. Mesmo porque as ideologias mais revolucionárias ou utópicas sempre sonharam com uma instituição definitiva. Vale dizer, como bem frisou Georges

⁴³ MARX, Karl. Op. cit. p.15. Na dialética social, o peso da tradição e das permanências tanto pode travar a história, quanto ser o “norte” da plataforma e estratégia revolucionárias. Ninguém melhor do que Marx, como intelectual militante do século XIX, sentiu na própria carne, a dialética da duração de Braudel, pois “justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nessas épocas de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os seus nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar, nessa linguagem emprestada, a nova cena da história universal”. Idem, pp.15-16.

⁴⁴ WESTPHALEN, Cecília Maria. Op. cit., p. 173

⁴⁵ Ibidem, p.173.

Duby que “nenhuma utopia apela para a revolução permanente”⁴⁶.

Teoria e Prudência

Considerando grande importância à quantificação, aos ciclos econômicos, ao número, enfim, às novas “matemáticas sociais”, Fernand Braudel poderia estar também buscando leis definitivas. Esta é uma desconfiança de Jean Glénisson, para quem a notoriedade de Braudel estava em usar todos os recursos com o objetivo de compreender e explicar a história. Esta preocupação constante em recorrer ao quantificável, à história “matematizante”, não estaria subjacente “um certo desejo de chegar, em definitivo, a certezas que correriam o risco de assemelhar-se a leis da história?”⁴⁷.

No último e incompleto trabalho de sua vida, Fernand Braudel ratifica a sua luta contra o evento: “limitar-se ao tempo breve constitui o pecadilho da história-relato”⁴⁸.

A longa duração é o “passado longínquo”, o peso das estruturas; a conjuntura é a média duração ou o “menos longínquo passado”. E para a apreensão de uma história total é preciso comparar, buscar similitudes. Pois esta é a condição “para o verdadeiro de toda ciência social”⁴⁹.

Assim, o último trabalho de Braudel, *A Identidade da França*, foi uma obra destinada aos franceses e, portanto, não escapou às dificuldades de toda a história nacional que tem a tendência de ser centrípa, isto é, no caso braudelião,

⁴⁶ DUBY, Georges. “História Social e ideologia das sociedades”. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *Fazer História*. Lisboa, Bertrand, 1977, p. 177.

⁴⁷ GLÉNISSON, Jean. Op. cit., p. 238.

⁴⁸ BRAUDEL, Fernand. *A Identidade da França*. Vol. I. Rio de Janeiro, Globo, 1989, p. 14

⁴⁹ *Ibidem*, p. 16.

explicar tendências universais a partir “da sua França e de Michelet”⁵⁰.

A intenção de Braudel era resgatar a dívida que tinha para com o seu país, uma vez que a sua grande tese e outros escritos ligaram-se ao mundo mediterrânico e às civilizações que ali, durante séculos, aceitavam-se e recusavam-se “no âmbito dos elementos de cultura que lhes (eram) propostos”⁵¹.

Inobstante, o último trabalho de Braudel está muito longe de se constituir o seu melhor momento intelectual e de vida, pois o deixou inacabado. Ficou mesmo a impressão de que, tanto os *Annales* quanto Fernand Braudel, legaram à historiografia uma “teoria muito aquém do esperado”⁵². Mas independente disso, o problema da duração e dos ritmos diferentes da vida social constitui um bom embasamento metodológico para qualquer pesquisa na área de história social. Não deixam de ser um convite à pesquisa, ao trabalho, enfim, à busca incessante da praxis social e da cientificidade histórica:

*“Não existe a pretensão de antecipar uma teoria sobre o que deveria ser a história social como síntese. É isto não é, seguramente, uma debilidade mas a própria prudência de um experimentado historiador. Nada seria tão temerário quanto elaborar uma teoria normativa de algo que ainda está em vias de constituir-se”*⁵³.

⁵⁰ *Ibidem*, Prefácio.

⁵¹ GLÉNISSON, Jean. *Op. cit.*, p.237

⁵² MAESTRI FILHO, Mario. “Fernand Braudel, teoria muito aquém do esperado”. In: *Diário do Sul*. Porto Alegre, 05/02/1987. Segundo Mario Maestri, “a grande contribuição de Fernand Braudel foi tentar -com sua teoria dos fenômenos históricos de longa e curta duração - suprir a grave carência metodológica da *Ecole des Annales*”. *Op. cit.*

⁵³ CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Hector Perez. *Op.Cit.*, p.352.